

INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO

Termo de Referência 40/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2025	158293-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	SEBASTIAO LEARTE SANTOS	10/04/2026 09:21 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23249.053880.2025-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais agropecuários e veterinários e outros nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	CatMat	Unid.	COTA	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	GLIFOSATO. APRESENTAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVEL, CONCENTRAÇÃO: 64,8% P/V	480280	Litro	Exclusiva	350	29,99	10.496,50
2	ÁCIDO 2,4 DICLOROFENOXIACÉTICO. APRESENTAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVEL, COMPOSIÇÃO: SAL DIMETILAMINA, CONCENTRAÇÃO: 80,6% P/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 2008-39-1	381392	Litro	Exclusiva	180	49,00	8.820,00
3	SEMENTE. APLICAÇÃO: PLANTAÇÃO AGRÍCOLA, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM 60.000 SEMENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSGÊNICO, CERTIFICADA, CLASSIFICAÇÃO 1: BM3088 PRO4, ESPÉCIE: MILHO HÍBRIDO, TIPO: GRAMÍNEA	608286	Saco	Exclusiva	26	1.144,94	29.768,44
4	AGULHA HIPODÉRMICA. DIMENSÃO: 19 G X 1 1/4", MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. SILICONIZADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO	439802	Caixa 100	Exclusiva	10	26,00	260,00

	USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL		Unidade				
5	DORAMECTINA. CONCENTRAÇÃO: A 1%, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO: USO VETERINÁRIO.	409126	Frasco 500 Mililitro	Exclusiva	20	<b>249,95</b>	<b>4.999,00</b>
6	IVERMECTINA. CONCENTRAÇÃO*: 3,5, FORMA FARMACÊUTICA*: SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO: USO VETERINÁRIO	407518	Frasco 500 Mililitro	Exclusiva	10	<b>201,01</b>	<b>2.010,10</b>
7	DMDM HIDANTOÍNA. CONCENTRAÇÃO: A 27,5%, FORMA FÍSICA: SPRAY TÓPICO, USO*: USO VETERINÁRIO	409754	Frasco 400 Mililitro	Exclusiva	60	<b>76,51</b>	<b>4.590,60</b>
8	COMPLEXO DE FERRO DEXTRANO. COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO ÀS VITS B3, B6, B12, CONCENTRAÇÃO: 5 MCL/ML + 12 MCG /ML + 12 MCG/ML + 200, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, USO: USO VETERINÁRIO	607628	Frasco 250 Mililitro	Exclusiva	35	<b>77,78</b>	<b>2.722,30</b>
9	BISTURI DESCARTÁVEL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SISTEMA DE SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, MATERIAL CABO: CABO DE PLÁSTICO, MATERIAL LÂMINA: LÂMINA AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO LÂMINA: 24	413086	Unidade	Exclusiva	400	<b>2,95</b>	<b>1.180,00</b>
10	ODO. CONCENTRAÇÃO: A 10%, FORMA FARMACÊUTICA: TINTURA	370515	Frasco de 100ml	Exclusiva	80	<b>42,10</b>	<b>3.368,00</b>
11	CIPERMETRINA. APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO AO CLORPIRIFÓS, CONCENTRAÇÃO: 200 MG /ML + 500, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO TÓPICA	445280	Frascode 1 litro	Exclusiva	40	<b>63,00</b>	<b>2.520,00</b>
12	DDVP. APLICAÇÃO*: USO VETERINÁRIO, COMPOSIÇÃO: CLORPIRIFÓS E VIOLETA DE GENCIANA, CONCENTRAÇÃO: 1,15 + 0,71 + 0,17, FORMA FARMACÊUTICA: AEROSOL	439482	Frasco 500 Mililitro	Exclusiva	100	<b>12,50</b>	<b>1.250,00</b>

13	DDVP. APLICAÇÃO*: USO VETERINÁRIO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À CLORVENVINFÓS, CONCENTRAÇÃO: 8,3 MG /ML + 5,2, FORMA FARMACÊUTICA: AEROSOL	445287	Frasco	Exclusiva	110	<b>13,99</b>	<b>1.538,90</b>
14	ALBENDAZOL. COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO AO SULFATO DE COBALTO, CONCENTRAÇÃO: 100 MG/ML + 13,5, FORMA FÍSICA: USO ORAL, USO: USO VETERINÁRIO	457211	Frasco 1 Litro	Exclusiva	25	<b>118,00</b>	<b>2.950,00</b>
15	ALBENDAZOL. CONCENTRAÇÃO: 100, FORMA FÍSICA: SUSPENSÃO ORAL, USO: USO VETERINÁRIO	411388	Frasco 1 Litro	Exclusiva	15	<b>84,09</b>	<b>1.261,35</b>
16	EQUIPAMENTO / ACESSÓRIO ANIMAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, MATERIAL: COURO, TIPO: CABEÇADA PARA EQUINOS	444825	Unidade	Exclusiva	6	<b>74,00</b>	<b>444,00</b>
17	CIPERMETRINA. APLICAÇÃO: USO VETERINÁRIO, COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO, SULFADIAZINA, PRATA E DDVP, CONCENTRAÇÃO: 0,4 + 5 + 0,1 + 1,6, FORMA FARMACÊUTICA: SPRAY	439483	Frasco 500 Mililitro	Exclusiva	175	<b>29,99</b>	<b>5.248,25</b>
18	MILHO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: UMIDADE MÁXIMA DE 13,00% E SEM - PRESENÇA DE INSETOS, TIPO: GRÃO, APLICAÇÃO: ALIMENTO PARA ANIMAIS (Ampla Concorrência)	241543	Quilograma	Ampla Concorrência	33750	<b>2,30</b>	<b>77.625,00</b>
19	MILHO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: UMIDADE MÁXIMA DE 13,00% E SEM - PRESENÇA DE INSETOS, TIPO: GRÃO, APLICAÇÃO: ALIMENTO PARA ANIMAIS (Cota Reservada/Exclusiva)	241543	Quilograma	Exclusiva	11250	<b>2,30</b>	<b>25.875,00</b>
20	FARELO. APLICAÇÃO: ALIMENTO ANIMAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOÍDO E ENSACADO, COMPOSIÇÃO: MÍNIMO 44% DE PROTEÍNA BRUTA, INGREDIENTE BÁSICO: SOJA, UMIDADE: MÁXIMO 12,5	293585	Saco 50kg	Exclusiva	300	<b>170,00</b>	<b>51.000,00</b>
21	FARELO TRIGO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENSACADO NO MÁXIMO 13,5% DE UMIDADE, DOSAGEM: PROTEÍNA BRUTA - MÍNIMO 14 E FIBRA BRUTA - MÁXIMO	293606	Saco 30kg	Exclusiva	180	<b>67,85</b>	<b>12.213,00</b>

22	NÚCLEO RAÇÃO. APLICAÇÃO: SUÍNO EM FASE DE CRESCIMENTO E TERMINAÇÃO, COMPONENTES: VITAMINA A 106.750 UI; BIOTINA 3,30 MG; VITAMINA B	294173	Saco 25kg	Exclusiva	80	<b>161,63</b>	<b>12.930,40</b>
23	NÚCLEO RAÇÃO. APLICAÇÃO: AVE EM FASE DE POSTURA, COMPONENTES: CÁLCIO 250 G, FÓSFORO 70 G, NIACINA 30 G, COLINA 4, TIPO: SUPLEMENTO MINERAL VITAMÍNICO E AMINOÁCIDOS	294100	Saco 25kg	Exclusiva	30	<b>174,91</b>	<b>5.247,30</b>
24	NÚCLEO RAÇÃO. APLICAÇÃO: AVE EM FASE INICIAL, COMPONENTES: CÁLCIO 210 G, FÓSFORO 70 G, METIONINA 42.000 MG,, TIPO: SUPLEMENTO MINERAL VITAMÍNICO E AMINOÁCIDOS	294111	Saco 25kg	Exclusiva	20	<b>165,00</b>	<b>3.300,00</b>
25	SAL MINERAL. APLICAÇÃO: VACA EM LACTAÇÃO, DOSAGEM COMPONENTES: 88 G FÓSFORO	420914	Saco 25kg	Exclusiva	12	<b>157,00</b>	<b>1.884,00</b>
26	SAL MINERAL. APLICAÇÃO: BOVINOS DE LEITE, INGREDIENTES: CÁLCIO MÍN. 135,00 G; CÁLCIO MÁX. 165,00 G; FÓSFORO	474495	Saco 25kg	Exclusiva	15	<b>165,00</b>	<b>2.475,00</b>
27	SAL MINERAL. APLICAÇÃO: OVINOS, DOSAGEM COMPONENTES: FÓSFORO MÍNIMO DE 80 G/KG, ÁCIDO CÍTRICO A 2%, MAG	458118	Saco 25kg	Exclusiva	24	<b>184,17</b>	<b>4.420,08</b>
28	NÚCLEO RAÇÃO. APLICAÇÃO: ENGORDA E CRESCIMENTO, COMPONENTES: ÁCIDO PANTOTÊNICO 210 MG, ANTIOXIDANTE 200 MG, CÁL, TIPO: NÚCLEO DE CORTE. APLICAÇÃO: ENGORDA E CRESCIMENTO DE FRANGOS	294309	Saco 25kg	Exclusiva	15	<b>195,84</b>	<b>2.937,60</b>
29	SUPLEMENTO ALIMENTAR ANIMAL. APLICAÇÃO: FRANGO DE CORTE E GALINHA POEDEIRA, ASPECTO FÍSICO: PÓ, DOSAGEM: 36% CÁLCIO, TIPO: CALCÁRIO CALCÍTICO	477791	Embalagem 50 Quilograma	Exclusiva	20	<b>38,90</b>	<b>778,00</b>
30	TELA. MATERIAL: POLIETILENO, LARGURA: 9, COR: PRETA, APLICAÇÃO: ESTUFAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 50% DE SOMBREAMENTO, COMPRIMENTO: 50	612478	Unidade	Exclusiva	40	<b>1.350,00</b>	<b>54.000,00</b>

31	TELA. MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, LARGURA: 3, COR: PRETA, APLICAÇÃO: SOMBREAMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 70% DE SOMBREAMENTO, COMPRIMENTO: 50	481612	Rolo 50 Metros	Exclusiva	40	<b>438,00</b>	<b>17.520,00</b>
32	TELA. MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, LARGURA: 4, COR: PRETA, APLICAÇÃO: SOMBREAMENTO EM ESTUFA AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 80% DE SOMBREAMENTO, COMPRIMENTO: 50	477908	Rolo 50m	Exclusiva	40	<b>671,10</b>	<b>26.844,00</b>
33	LONA PLÁSTICA. ESPESSURA: 200, LARGURA: 8, COMPRIMENTO: 50, COR: PRETA E BRANCA, APLICAÇÃO: COBERTURA E PROTEÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE	607702	Unidade	Exclusiva	20	<b>791,00</b>	<b>15.820,00</b>
34	LONA PLÁSTICA. ESPESSURA: 80 MICRAS, LARGURA: 6, COMPRIMENTO: 100, COR: PRETA, MATERIAL: POLIETILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PESO: 45 KG. UNIDADE DE MEDIDA: BOBINA COM 100 MET	610624	Unidade	Exclusiva	5	<b>555,70</b>	<b>2.778,50</b>
35	LONA PLÁSTICA. ESPESSURA: 200 MICRA, LARGURA: 8, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: ESTUFA AGRÍCOLA, MATERIAL: POLIETILENO BAIXA DENSIDADE	293337	Rolo 100m	Exclusiva	14	<b>1.576,14</b>	<b>22.065,96</b>
36	LONA PLÁSTICA. ESPESSURA: 150 MICRA, LARGURA: 4, COR: INCOLOR, MATERIAL: PVC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE	310422	Rolo 25m	Exclusiva	8	<b>389,90</b>	<b>3.119,20</b>
37	MANGUEIRA HIDRÁULICA. DIÂMETRO INTERNO: 16, MATERIAL: POLIETILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FUROS (CEGA), APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO	481539	Rolo 100m	Exclusiva	65	<b>150,00</b>	<b>9.750,00</b>
38	MANGUEIRA HIDRÁULICA.. COMPRIMENTO: 500, MATERIAL: POLIETILENO, PRESSÃO TRABALHO: 30, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, COR: PRETA, BITOLA: 16	455503	Rolo 500m	Exclusiva	40	<b>452,00</b>	<b>18.080,00</b>

39	ADESIVO CONEXÃO HIDRÁULICA. COMPOSIÇÃO: ACETONAS, RESINA DE PVC, FORMALDEÍDOS, PRAZO VALIDADE: 1 ANO APÓS FABRICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PINCEL APLICADOR	472187	Frasco 175 G	Exclusiva	70	<b>20,00</b>	<b>1.400,00</b>
40	ADESIVO CONEXÃO HIDRÁULICA. COMPOSIÇÃO: BISNAGAS DUPLAS PARA MISTURA INSTANTÂNEA, APLICAÇÃO: TUBOS E CONEXÕES DE PVC, APRESENTAÇÃO: BISNAGA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COLAGEM ULTRA RÁPIDA	268188	Bisnaga 75 G	Exclusiva	50	<b>10,00</b>	<b>500,00</b>
41	SACO. MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO USO: PRODUÇÃO PLANTIO MUDAS, COR: PRETO, APLICAÇÃO: PRODUÇÃO DE MUDAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FUROS, ALTURA: 10, LARGURA: 20, ESPESSURA: 0,2	244292	Embalagem 100 UN	Exclusiva	45	<b>12,00</b>	<b>540,00</b>
42	BANDEJA CULTIVO MUDAS. MATERIAL: PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 53, LARGURA: 27, ALTURA: 5, QUANTIDADE CAVIDADES: 128, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR PRETA	476755	Unidade	Exclusiva	90	<b>10,93</b>	<b>983,70</b>
43	BANDEJA CULTIVO MUDAS. MATERIAL: PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 53, LARGURA: 27, ALTURA: 4,2, QUANTIDADE CAVIDADES: 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR PRETA	476754	Unidade	Exclusiva	70	<b>6,50</b>	<b>455,00</b>
44	BANDEJA CULTIVO MUDAS. MATERIAL: PROPILENO, COMPRIMENTO: 615, LARGURA: 428, ALTURA: 164, QUANTIDADE CAVIDADES: 54	436955	Unidade	Exclusiva	80	<b>25,00</b>	<b>2.000,00</b>
45	BANDEJA CULTIVO MUDAS. MATERIAL: PROPILENO, COMPRIMENTO: 585, LARGURA: 385, ALTURA: 164, QUANTIDADE CAVIDADES: 54	436954	Unidade	Exclusiva	20	<b>20,00</b>	<b>400,00</b>
46	BANDEJA CULTIVO MUDAS. MATERIAL: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO: 60, LARGURA: 42, ALTURA: 5, QUANTIDADE CAVIDADES: 108, APLICAÇÃO: PRODUÇÃO MUDAS EM TUBETES	427890	Unidade	Exclusiva	20	<b>30,38</b>	<b>607,60</b>

47	EMBALAGEM PLÁSTICA. FORMA: SACO, LARGURA: 51, ALTURA: 110, MATERIAL: POLIETILENO, ESPESSURA: 0,02, CAPACIDADE: 30, APLICAÇÃO: SILAGEM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRÓPRIO PARA FERMENTAÇÃO	603430	Caixa 350 UN	Exclusiva	33	<b>440,30</b>	<b>14.529,90</b>
48	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 1, COR: PRETA, DIÂMETRO EXTERNO: 13, ALTURA: 11, TIPO: SEM FURO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PRATO	601925	Unidade	Exclusiva	150	<b>2,75</b>	<b>412,50</b>
49	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO RECICLADO, CAPACIDADE: 25, COR: PRETA, ALTURA: 30, DIÂMETRO SUPERIOR: 35, DIÂMETRO INFERIOR: 28,50	452831	Unidade	Exclusiva	50	<b>12,95</b>	<b>647,50</b>
50	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO RECICLADO, CAPACIDADE: 11, COR: PRETA, ALTURA: 25, DIÂMETRO SUPERIOR: 27, DIÂMETRO INFERIOR: 21	452830	Unidade	Exclusiva	50	<b>8,52</b>	<b>426,00</b>
51	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO RECICLADO, CAPACIDADE: 5, COR: PRETA, ALTURA: 20, DIÂMETRO SUPERIOR: 20, DIÂMETRO INFERIOR: 17	452829	Unidade	Exclusiva	200	<b>5,93</b>	<b>1.186,00</b>
52	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO RECICLADO, CAPACIDADE: 2,80, COR: PRETA, ALTURA: 14,50, DIÂMETRO SUPERIOR: 17,50, DIÂMETRO INFERIOR: 14,50	452828	Unidade	Exclusiva	200	<b>2,69</b>	<b>538,00</b>
53	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 3, TIPO: SEM FURO	414672	Unidade	Exclusiva	100	<b>3,45</b>	<b>345,00</b>
54	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 5, TIPO: SEM FURO	323415	Unidade	Exclusiva	100	<b>5,49</b>	<b>549,00</b>
55	VASO. MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 6, COR: PRETA, DIÂMETRO EXTERNO: 24, ALTURA: 20, TIPO: COM FURO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PRATO	256398	Unidade	Exclusiva	100	<b>5,99</b>	<b>599,00</b>
56	SUBSTRATO AGRÍCOLA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUBSTRATO BALANCEADO E INSENTO DE PRAGAS E DOENÇAS, APLICAÇÃO: PRODUÇÃO DE MUDAS, MATERIAL: FIBRA DE COCO, CASCA DE PINUS MOÍDA E COMPOSTADA,	468723	Embalagem 12 KG	Exclusiva	50	<b>262,80</b>	<b>13.140,00</b>
	SUBSTRATO AGRÍCOLA. CARACTERÍSTICAS						

57	ADICIONAIS: ISENTOS CONTAMINAÇÃO, SUBSTRATO AGRÍCOLA, APLICAÇÃO: PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS, MATERIAL: MISTURA BALANCEADA DE MATERIAIS ORGÂNICOS MINERAIS, USO: MEIO DE CRESCIMENTO DE PLANTAS	331044	Embalagem 12 KG	Exclusiva	30	<b>143,28</b>	<b>4.298,40</b>
58	SUBSTRATO AGRÍCOLA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTOS CONTAMINAÇÃO, APLICAÇÃO: PRODUÇÃO DE MUDA DE ESPÉCIE FLORESTAL OU FRUTÍFERA, MATERIAL: A BASE DE FIBRA DE COCO	328836	Embalagem 12 KG	Exclusiva	30	<b>63,19</b>	<b>1.895,70</b>
59	SUBSTRATO AGRÍCOLA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTOS CONTAMINAÇÃO, APLICAÇÃO: PRODUÇÃO DE MUDA DE ESPÉCIE FLORESTAL OU FRUTÍFERA, MATERIAL: A BASE DE CASCA DE PINUS QUEIMADA	328708	Embalagem 12 KG	Exclusiva	20	<b>11,40</b>	<b>228,00</b>
60	MANGUEIRA HIDRÁULICA. MATERIAL: PVC FLEXÍVEL, APLICAÇÃO: SUCÇÃO E DESCARGA, TIPO: MANGOTE, BITOLA: 1	440765	Metro	Exclusiva	30	<b>18,33</b>	<b>549,90</b>
61	MANGUEIRA HIDRÁULICA. MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, PRESSÃO TRABALHO: 0,2 A 0,8, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, ESPESSURA PAREDE: 0,24, BITOLA: 28	366526	Metro	Exclusiva	200	<b>0,75</b>	<b>150,00</b>
62	MANGUEIRA HIDRÁULICA. MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, BITOLA: 1	323365	Metro	Exclusiva	100	<b>4,95</b>	<b>495,00</b>
63	BOMBONA. APLICAÇÃO: TRANSPORTE E ARMAZENAGEM DE COMBUSTÍVEL, CAPACIDADE: 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLEXÍVEL, ALÇAS LATERAIS, CILÍNDRICO, MATERIAL: POLIÉSTER	616700	Tambor 200 litros	Exclusiva	35	<b>351,35</b>	<b>12.297,25</b>
64	PENEIRA. APLICAÇÃO: AREIA GROSSA/CAFÉ EM GRÃOS/AREIA MÉDIA /FEIJÃO, DIÂMETRO: 60, FORMATO: REDONDO, MATERIAL: AÇO, MATERIAL BORDA: MADEIRA, TIPO MALHA: GROSSA	224607	Unidade	Exclusiva	50	<b>50,00</b>	<b>2.500,00</b>



65	ARAME FARPADO. MATERIAL: AÇO, DIÂMETRO: 2,76, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCERTINA SIMPLES 300MM	441647	Rolo 100 Metros	Exclusiva	62	<b>78,90</b>	<b>4.891,80</b>
66	GRAMPO. MATERIAL: AÇO GALVANIZADO, APLICAÇÃO: CERCA ARAME, TIPO: "U", TAMANHO: 19 X 11	332854	Quilograma	Exclusiva	100	<b>20,90</b>	<b>2.090,00</b>
67	MOURÃO MADEIRA. COMPRIMENTO: 2,50, TIPO MADEIRA: EUCALIPTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MADEIRA TRATADA, DIÂMETRO MÁXIMO: 22, DIÂMETRO MÍNIMO: 20	386805	Unidade	Exclusiva	400	<b>130,00</b>	<b>52.000,00</b>
68	ARAME. BITOLA: 17 X 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISO E OVALADO, MATERIAL: AÇO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ZINCADO, APLICAÇÃO: CERCA	234491	Rolo 1000M	Exclusiva	55	<b>695,90</b>	<b>38.274,50</b>
69	BOMBONA. APLICAÇÃO: DESCARTE DE MATERIAL TÓXICO, CAPACIDADE: 200, COR: AZUL, MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA	307499	Tambor	Exclusiva	45	<b>325,00</b>	<b>14.625,00</b>
70	LÂMINA ROÇADEIRA. MATERIAL: METAL, QUANTIDADE PONTAS: 2, APLICAÇÃO: GRAMA Densa E PEQUENOS ARBUSTOS	484411	Unidade	Exclusiva	150	<b>20,00</b>	<b>3.000,00</b>
71	CARRINHO MÃO. TIPO RODA: PNEU COM CÂMARA, MATERIAL CAÇAMBA: POLIETILENO, MATERIAL TRAVESSA: MADEIRA, QUANTIDADE RODA: 1, CAPACIDADE CAÇAMBA: 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO CARRIOLA BALEIA, MATERIAL PÉS: CHAPA AÇO REPUXADA, MATERIAL CHASSI: MADEIRA	452402	Unidade	Exclusiva	18	<b>800,00</b>	<b>14.400,00</b>
72	ENXADA. MATERIAL: AÇO CARBONO, LARGURA: 18, MATERIAL CABO: MADEIRA	452370	Unidade	Exclusiva	50	<b>62,83</b>	<b>3.141,50</b>
73	FACÃO. COMPRIMENTO: 14, TIPO: PARA MATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BAINHA, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO, MATERIAL LÂMINA: AÇO	231772	Unidade	Exclusiva	20	<b>70,00</b>	<b>1.400,00</b>
	MARRETA. MATERIAL: AÇO CARBONO						

74	FORJADO E TEMPERADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA, TIPO: OITAVADO, MATERIAL CABO: MADEIRA, PESO: 1	377500	Unidade	Exclusiva	4	<b>52,50</b>	<b>210,00</b>
75	TELA. MATERIAL: POLIETILENO, APLICAÇÃO: SOMBREAMENTO EM ESTUFA AGRÍCOLA, COMPRIMENTO: 50, COR: PRETA, LARGURA: 4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 50% DE SOMBREAMENTO	477907	Rolo 50m	Exclusiva	30	<b>429,80</b>	<b>12.894,00</b>
76	CÂMARA AR PNEU. APLICAÇÃO TIPO PNEU: CARRO DE MÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BICO REVESTIDO DE BORRACHA, MATERIAL: BORRACHA, TAMANHO: ARO 3,25 X 8	251053	Unidade	Exclusiva	150	<b>25,00</b>	<b>3.750,00</b>
77	PNEU CARRINHO MÃO. MATERIAL: BORRACHA, TAMANHO: 3,25 X 8	407759	Unidade	Exclusiva	100	<b>48,90</b>	<b>4.890,00</b>
78	PROLONGADOR PARAFUSO. APLICAÇÃO: FINCAPINO/TIRANTES, BARRA ROSCADA, COMPRIMENTO: LONGO, DIÂMETRO: 1/2, MATERIAL: AÇO GALVANIZADO	348507	Unidade	Exclusiva	100	<b>11,00</b>	<b>1.100,00</b>
79	PROLONGADOR PARAFUSO. APLICAÇÃO: HIDRÁULICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FINCAPINO/TIRANTES, BARRA ROSCADA, DIÂMETRO: 1/4, MATERIAL: AÇO GALVANIZADO, TIPO: CURTO	348490	Unidade	Exclusiva	50	<b>4,99</b>	<b>249,50</b>
80	REGISTRO ESFERA. MATERIAL: PVC RÍGIDO, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, TIPO: VS, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, BITOLA: 25 MM	605605	Unidade	Exclusiva	50	<b>10,06</b>	<b>503,00</b>
81	REGISTRO ESFERA. MATERIAL: PVC RÍGIDO, APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, TIPO: VS, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, BITOLA: 32	298227	Unidade	Exclusiva	200	<b>25,61</b>	<b>5.122,00</b>
82	REGISTRO ESFERA. MATERIAL: PVC RÍGIDO, APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, TIPO: VS, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, BITOLA: 25 MM	298064	Unidade	Exclusiva	200	<b>12,00</b>	<b>2.400,00</b>
	COTOVELO. MATERIAL: PVC, ANGULAÇÃO: 45, COR: MARROM, DIÂMETRO: 32,						

83	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SOLDÁVEL	399513	Unidade	Exclusiva	100	<b>3,05</b>	<b>305,00</b>
84	TUBO PVC SOLDÁVEL. MATERIAL: PVC, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, COMPRIMENTO: 6, COR: AZUL, DIÂMETRO NOMINAL: 32, ESPESSURA PAREDES: IGUAL OU MAIOR 1,20 MM, PRESSÃO: PN 40	326158	Tubo 6 M	Exclusiva	50	<b>41,00</b>	<b>2.050,00</b>
85	CONEXÃO HIDRÁULICA. MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, COR: AZUL, TIPO: TÊ, TIPO FIXAÇÃO: ROSCÁVEL, BITOLA: 25	453305	Unidade	Exclusiva	100	<b>4,50</b>	<b>450,00</b>
86	CONEXÃO HIDRÁULICA. MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, COR: AZUL, TIPO: TÊ, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, BITOLA: 32	453306	Unidade	Exclusiva	100	<b>5,16</b>	<b>516,00</b>
87	CONEXÃO HIDRÁULICA. MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, COR: AZUL, TIPO: TÊ, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, BITOLA: 50 MM	312111	Unidade	Exclusiva	50	<b>8,35</b>	<b>417,50</b>
88	CONEXÃO HIDRÁULICA. MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, BITOLA LADO SOLDÁVEL: 50, COR: AZUL, TIPO: CURVA 90°, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL	328083	Unidade	Exclusiva	50	<b>13,97</b>	<b>698,50</b>
89	CONEXÃO HIDRÁULICA. MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, COR: AZUL, TIPO: LUVA, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, BITOLA: 50 MM	312260	Unidade	Exclusiva	50	<b>4,98</b>	<b>249,00</b>
90	ASPERSOR. MATERIAL: TERMOPLÁSTICO, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO LOCALIZADA, DIÂMETRO: 3,2, TIPO: SPRAY, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ROSCA FÊMEA 1/2, ALTURA DO CORPO SEM BOCAL 10 CM, PRESSÃO: 1,0 A 4,8	468660	Unidade	Exclusiva	200	<b>27,90</b>	<b>5.580,00</b>
91	ASPERSOR. MATERIAL: PVC, VAZÃO: 47, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO LOCALIZADA, COR: PRETA, DIÂMETRO: 2, TIPO: PEQUENA VAZÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCOMPENSADO, PRESSÃO: 30	361277	Unidade	Exclusiva	200	<b>1,86</b>	<b>372,00</b>

92	TUBO PVC SOLDÁVEL. APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, COMPRIMENTO: 6, COR: AZUL, DIÂMETRO NOMINAL: 25, ESPESSURA PAREDES: IGUAL OU MAIOR 1,20MM, MATERIAL: PVC, PRESSÃO: PN 60	347921	Tubo 6 Metros	Exclusiva	20	12,79	255,80
93	CONEXÃO HIDRÁULICA. APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, BITOLA I: 16, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: UNIÃO, TIPO FIXAÇÃO: ENGATE RÁPIDO	481760	Unidade	Exclusiva	2000	1,40	2.800,00
94	SEMENTE. TIPO: ASTERACEAE, ESPÉCIE 1: GIRASSOL (HELIANTHUS ANNUUS), CLASSIFICAÇÃO 1: CULTIVAR: BRS ESPLENDOR	605962	Embalagem 10 KG	Exclusiva	4	361,20	1.444,80
95	SEMENTE. TIPO: GRAMÍNEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSGÊNICO, APLICAÇÃO: ESPECÍFICO PARA SILAGEM, ESPÉCIE 1: MILHO	600421	Embalagem 60000 UN	Exclusiva	6	1.130,00	6.780,00
96	SEMENTE. TIPO: GRAMÍNEA, CLASSIFICAÇÃO: CULTIVAR MOMBAÇA, ESPÉCIE 1: PANICUM MOMBAÇA	411137	Saco 20 KG	Exclusiva	20	460,00	9.200,00
97	BANDEJA OVOS. MATERIAL: PAPELÃO, COMPRIMENTO: 30, LARGURA: 10, CAPACIDADE: 30	238681	Fardo 100 UN	Exclusiva	60	72,74	4.364,40
98	BANDEJA OVOS. MATERIAL: PAPELÃO, COMPRIMENTO: 30, LARGURA: 30, CAPACIDADE: 30	234350	Fardo 100 UN	Exclusiva	80	56,00	4.480,00
<b>Total</b>							<b>720.668,23</b>

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Item	Órgão Gerenciador		Órgãos Participantes			
	158293 - IFMA Campus Codó		158276 - IFMA Campus São Luís Maracanã		158296 - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras	
	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Quant. Máxima
1	6	60	5	40	6	250
2	4	40	5	20	4	120
3	2	13	0	0	2	13
4	1	5	0	0	1	5
5	1	5	1	10	1	5
6	1	5	0	0	1	5
7	5	50	2	10	0	0
8	1	10	2	15	1	10
9	20	200	20	200	0	0
10	1	10	2	20	1	50
11	2	20	2	10	1	10
12	6	60	4	20	2	20
13	8	80	0	0	5	30

14	1	10	1	10	1	5
15	1	10	0	0	1	5
16	1	3	0	0	1	3
17	8	80	4	15	8	80
18	3375	33.750	0	0	0	0
19	1.125	11.250	0	0	0	0
20	30	300	0	0	0	0
21	18	180	0	0	0	0
22	8	80	0	0	0	0
23	3	30	0	0	0	0
24	2	20	0	0	0	0
25	2	12	0	0	0	0
26	3	15	0	0	0	0
27	5	24	0	0	0	0
28	3	15	0	0	0	0
29	4	20	0	0	0	0
30	2	10	2	20	2	10
31	2	10	2	20	2	10
32	1	10	2	20	1	10
33	2	5	2	10	2	5
34	2	5	0	0	0	0
35	1	2	2	10	1	2
36	1	3	0	0	1	5
37	5	50	3	15	0	0
38	2	20	2	20	0	0
39	2	10	2	10	2	50
40	5	50	0	0	0	0
41	2	5	3	30	2	10
42	2	20	5	50	2	20
43	1	10	5	50	1	10
44	1	10	5	50	1	20
45	1	10	0	0	1	10
46	1	10	0	0	1	10
47	2	5	3	20	2	8
48	5	50	10	100	0	0
49	5	50	0	0	0	0
50	5	50	0	0	0	0
51	10	100	10	100	0	0
52	10	100	10	100	0	0
53	10	100	0	0	0	0
54	10	100	0	0	0	0
55	10	100	0	0	0	0
56	1	10	2	20	1	20
57	1	10	0	0	1	20
58	1	10	0	0	1	20
59	1	10	0	0	1	10
60	3	30	0	0	0	0
61	20	200	0	0	0	0
62	10	100	0	0	0	0
63	3	25	0	0	3	10
64	2	20	2	20	2	10
65	3	12	0	0	3	50
66	5	50	0	0	5	50
67	10	100	20	200	10	100
68	3	15	2	20	3	20

69	1	10	2	10	1	25
70	5	50	5	50	5	50
71	1	3	2	10	1	5
72	2	20	0	0	2	30
73	1	10	0	0	1	10
74	1	2	0	0	1	2
75	1	10	0	0	1	20
76	5	50	5	50	5	50
77	3	25	5	50	3	25
78	5	50	0	0	5	50
79	5	50	0	0	0	0
80	5	50	0	0	0	0
81	20	200	0	0	0	0
82	20	200	0	0	0	0
83	10	100	0	0	0	0
84	5	50	0	0	0	0
85	10	100	0	0	0	0
86	10	100	0	0	0	0
87	5	50	0	0	0	0
88	5	50	0	0	0	0
89	5	50	0	0	0	0
90	20	200	0	0	0	0
91	20	200	0	0	0	0
92	2	20	0	0	0	0
93	200	2.000	0	0	0	0
94	1	2	0	0	1	2
95	1	6	0	0	0	0
96	1	10	0	0	1	10
97	1	10	0	0	1	50
98	1	10	2	20	1	50

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato pela contratante, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que há necessidade permanente dos insumos para realização de aulas praticas durante todo o ano letivo, bem como a necessidade constante de alimentação e nutrição animal sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. reciclado, atóxico, biodegradável, quando aplicável;

4.1.2. Utilize o menor volume possível de embalagens, dando preferência a materiais recicláveis (ou material reciclado, atóxico, biodegradável, quando possível, a fim de reduzir o impacto ambiental oriundo da produção desses insumos.

#### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A6]

#### **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A11]

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A12] .

4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.19. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do item para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, que ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015)

4.19.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.19.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.19.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do pedido por e-mail, ou ordem de fornecimento enviado à empresa para entrega dos produtos.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A entrega dos produtos ocorrerá de forma parcelada nas quantidades estabelecidas pela administração quando da solicitação.

**5.4. Os produtos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, nos horários de 08:00h às 11:00h e das 13:30h às 17:00h, nos seguintes endereços:**

**Órgão Gerenciador - IFMA Campus Codó: situado no Povoado Poraquê, S/N - Zona Rural. CEP: 65.400-000. Codó-MA. Almoxarifado do IFMA-Campus Codó.**

**Órgão participante - IFMA Campus São Luís Maracanã: Avenida dos Curiós. Vila Esperança. São Luís-MA. Setor de Almoxarifado.**

**Órgão Participante - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras: Rodovia BR 230, Km 319, Zona Rural. São Raimundo das Mangabeiras-MA. Almoxarifado do IFMA-Campus São Raimundo das Mangabeiras.,**

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses a partir da entrega.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero vírgula por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/12/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

*9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.*

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* de 10.% do valor total estimado da contratação.

**9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;**

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.33. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

### Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 720.668,23 (setecentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como **sigilosas**

Codó-MA, 09 de abril 2026

Sebastião Learte Santos

## Área Requisitante

Jean Douglas Ferreira de Sousa

Área Técnica

Ursilândia de Carvalho Oliveira

Área Técnica

Suelma Francisca Feitoza Sousa

Área Técnica

### 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

*(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)*

**OU**

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)*

#### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de .....*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... *[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

*2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

**OU**

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**OU**

2.8. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]

**3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]**

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, **e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9]** ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]*
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;*
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

**OU**

5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14].

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A1].

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]

**OU**

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação **ou na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SEBASTIAO LEARTE SANTOS**

Área Requisitante



*Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:21:13.*

**JEAN DOUGLAS FERREIRA DE SOUSA**

Área Técnica



*Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 09:21:33.*

**URSILANDIA DE CARVALHO OLIVEIRA**

Área Técnica



*Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 09:02:24.*

**SUELMA FRANCISCA FEITOZA SOUSA**

Área Técnica



*Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 16:35:17.*

# Documento Digitalizado Público

## Termo de Referência atualizado com as demandas dos órgãos participantes

**Assunto:** Termo de Referência atualizado com as demandas dos órgãos participantes  
**Assinado por:** Sebastiao Learte  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:  
▪ **DIRETOR(A) - CD3 - DAP-COD**, em 10/04/2026 09:28:28.

Este documento foi armazenado no SUAP em 10/04/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1452349  
**Código de Autenticação:** 71599c3039

